



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Bipartite

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

## **ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO**

Dia: 16 de outubro de 2014

Horário: 09 h

Local: 8º andar da SES

### **PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes de Costa Remor, Clécio Espezim, Karin Cristine Geller Leopoldo, Marlene Bonow Oliveira, Jocélio Voltolini, Giovana da Rosa, Helma Finta Ulba, Grace Ella Berenhauser, Lizete Contin, Marisa Spricigo, Roseclair de Barros, Terezinha Serrano, Mari Angela de Freitas, Rita de Cássia Souza.

**COSEMS:** Edenice Reis da Silveira, Ana Luiza Totti, Mário José Brückheimer, Sônia Bodanese, Helio Livino da Silva, Maria Regina de Souza Soar, Gilvana Schneider, Cristiane Wille, Diogo Demarchi Silva, Ivania da S. May, Ivy Parise, Thiago Cherem Morelli, Deyse Aquino, Lucas Alexandre, Uiana Silva, Francismari Rossi, Cleidenara Weirich.

### **ITENS DE PAUTA**

1. Cofinanciamento da Atenção Básica (Karin, Lisete);
2. OPM do Centro de Reabilitação – levantamento dos custos, análise de recursos e se os municípios terão condições para assumir a descentralização (Marlene);
3. Relatório físico e financeiro das centrais de regulação (Karin, Jocélio, Geraldo);
4. Impacto financeiro das consultas da Rede Cegonha para amarrar ao termo de garantia de acesso (Jocélio, Carmen);
5. Termos de compromisso da Cardiologia e da Oncologia (Clécio, Karin e Jocélio);
6. Recurso do Planejasus (Terezinha Serrano);
7. Terapia Renal Substitutiva (Angelina - Pagamento).

Coordenação da reunião: Clécio Espezim

### **1. Cofinanciamento da Atenção Básica**

Clécio Antonio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, informa que o incremento no cofinanciamento da atenção básica, como já está estabelecido, é de 20% de incremento em cima do valor pago em 2014, totalizando R\$ 60.480.000,00/2015.

O Município de Florianópolis, através de seu representante na Câmara Técnica de Gestão, Edenice Reis da Silveira, antes que a SES iniciasse sua proposta, apresenta uma outra proposta com outros critérios e outros valores. Apresenta também um estudo comparativo do que pagam os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul com Santa Catarina para o cofinanciamento da atenção básica. Maria Regina de Souza Soar (Blumenau), Mário José Brückheimer (Joinville), Cristiane Wille (Jaraguá do Sul) manifestam-se a favor da proposta de Florianópolis. Hélio Livino da Silva lembra que da criação do cofinanciamento estadual, que na época havia um corte no critério de mortalidade infantil e que este não foi acompanhado e foi eliminado. Edenice Reis da Silveira esclarece que nesta

proposta do Município há critérios relevantes para os pequenos municípios como o IDH. Lisete Contin refere que pensaram em ampliar a proposta, mas que o incremento de 20% não contemplaria outros itens desejados. Nesta proposta de Florianópolis, o impacto é de R\$ 220.000.000,00 (220 milhões de reais). Diogo Demarchi Silva pergunta se a SES programou com previsão em 2000 pessoas por equipe de saúde da família. Mirvaine Panizzi esclarece que sim e esclarece também que os CEOs recebem 02 incentivos de cofinanciamento, o estadual e o federal. Com relação ao questionamento sobre a aprovação do cofinanciamento da atenção básica em dezembro de 2014, Clécio Espesim informa que a proposta foi encaminhada diretamente para a CIB para não atrasar os pagamentos. Maria Regina de Souza Soar questiona a existência de NASF SC estadual, considerando que o prazo concedido para as transferências expirou. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação e Lisete Contin, Gerente de Atenção Básica, esclarecem que não estão exigindo porque até o momento, os NASFs que migraram para NASF Federal ainda não receberam nenhum recurso do Ministério da Saúde. Esses NASFs ainda estão sendo custeados pelo Estado de SC/SES. Hélio Livino da Silva, assessor técnico do COSEMS, solicita que a SES encaminhe um relatório da situação dos NASFs no Estado.

**Encaminhamentos:** Maria Regina de Souza Soar sugere a constituição de um Grupo para rediscutir o cofinanciamento da atenção básica. A proposta foi aceita e ficou assim constituído: representam pela SES: Karin Geller, Lisete Contin, Mirvaine Pamizzi, Mari Angela de Freitas, Terezinha Serrano. Pelo COSEMS: Sonia Bodanese, Hélio Livino da Silva, Joinville, Jaraguá do Sul, Florianópolis, Chapecó, Braço do Norte e Caibí. Reunião ficou agendada para o dia 24 de outubro de 2014.

## 2. OPM do Centro de Reabilitação

Marlene Bonow Oliveira, Superintendente de Regulação, faz a abertura. Rita de Cássia Souza, Gerente do CCR, apresenta a proposta dos repasses. A proposta foi elaborada a partir dos dados levantados junto às Regionais. A sugestão é que fique na Oficina do CCR órteses que necessitam de protesista. Os equipamentos que não necessitam de protesistas, o recurso poderá ficar com o município como palmilha, bengala e outros.

**Encaminhamentos:** pactuar as órteses que ficarão sob a competência dos municípios e as da SES e apresentar a proposta da PPI em novembro, na C.T. de Gestão. Retirar da lista dos municípios, equipamentos que necessitem de protesistas. Os que necessitam de protesistas continua sob a responsabilidade do CCR. Identificar os municípios que ficarão com os equipamentos para ofertar, por macrorregião. Para a próxima C. T. de Gestão.

## 3. Termos de Compromisso de Cardiologia e Oncologia

Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, apresenta os incrementos de recursos para a cardiologia e oncologia. Esclarece que a cardiologia intervencionista é que extrapola o teto e que neste primeiro momento, será reposto o déficit. O segundo passo será a reavaliação dos tetos e dos termos de compromisso, segundo Karin Geller. Esse recurso é novo do Ministério da Saúde. Cristiane Wille de Jaraguá do Sul sugere que seja revista a capacidade instalada para a realocação do recurso. Cleidenara Weirich, de Chapecó, refere que a planilha apresentada com os valores pelo Jocélio Voltolini são valores levantados a partir de déficits dos hospitais. São valores já defasados e que o Ministério da Saúde repassou para a reposição dos déficits em 70%. Faltam ainda 30% do déficit a ser repassado pelo Ministério da Saúde. Ana Totti de Camboriú, cita que é necessário reavaliar os termos de compromisso e certificar o que está incluído ou não nesses termos de compromisso de garantia de acesso. Marlene Bonow Oliveira também concorda com a reavaliação nos termos de compromisso da alta complexidade. Maria Regina de Souza Soar de Blumenau, refere que **os procedimentos são realizados pelos valores da tabela, são os procedimentos realizados por médicos da Rede que trabalham nos hospitais.** Cleidenara Weirich lembra que Chapecó está

bancando um Hospital Infantil para atendimento de usuários de 16 municípios e que a CIB de julho/2014 foi contra a sua solicitação de pagamento desses leitos pela SES.

Jocélio Voltolini, com relação à oncologia, refere que os déficits estão nos exames/TC/RM/Cintilografia e que o incremento de recurso é para suprir os déficits nos serviços citados. Jocélio Voltolini coloca que Jaraguá do Sul é o Município que lança o CID de tomografia e ressonância magnética de acordo. Joinville informa parcialmente. Itajaí lança tudo “E” esclarecimentos.

**Encaminhamentos:** Levar para a CIB e incorporar o recurso na competência setembro de 2014, para municípios e Estado. Os termos de compromisso serão reavaliados posteriormente, separando eletivos de urgência.

#### 4. Planilha Financeira das Centrais de Regulação

Marlene Bonow Oliveira, Superintendente de Regulação apresenta a proposta e Elma Finta Ulba e Karin Geller apresentam a planilha, mostrando as Regiões Norte e Nordeste. Citam que há um equilíbrio entre o regulado e o processado. Na planilha contam as internações de alta, média complexidade e o FAEC. Estão fora da planilha, as internações eletivas. Os dados são de julho de 2013 a julho de 2014 dos Hospitais da Grande Florianópolis (comportamento da AIH). Maria Regina de Souza Soar observa que a regulação está somente autorizando e não regulando na Grande Florianópolis. Entende que é necessário regular para qualificar. Marlene Bonow Oliveira pensa que o maior esforço na regulação é garantir o acesso e acredita que a avaliação financeira dever ser em cima do custo médio das internações de região para região.

**Encaminhamentos:** Apresentar como informe na CIB.

#### 5. Impacto da Rede Cegonha

Elaborar os termos de compromisso ambulatorial para gestante de alto risco. Há 20 hospitais habilitados em gestante de alto risco. Esses hospitais terão que garantir as consultas e exames e os recursos serão alocados na PPI. Nos municípios que já realizam consultas e exames de gestantes de alto risco, o recurso irá para o teto do município, segundo Karin Geller e Jocélio Voltolini.

**Encaminhamentos:** Apresentar como informe na CIB e incluir o recurso na PPI, para a competência outubro de 2014.

#### 6. Planilha de monitoramento do Projeto R\$ 0,30

Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, apresenta o modelo da planilha para o acompanhamento do Projeto R\$ 0,30.

**Encaminhamentos:** apresentar a planilha concluída na próxima Câmara Técnica.

#### 7. TRS

Jocélio Voltolini cita que a planilha apresentada refere-se ao pagamento da produção excedente ao teto. Aprovar como ad referendum.

#### 8. Recurso do Participasus-Planejasus

Terezinha Serrano, Gerente de Planejamento do SUS, cita que este recurso já foi aprovado na CIB de julho de 2014 e que hoje está sendo reapresentado para Deliberação, sendo que os recursos deverão ser redistribuídos da seguinte forma: no valor de R\$ 320.000,00 para as CIRs; R\$ 740.000,00 para o COSEMS e o restante do resíduo das Portarias desde 2007, deverá ser aplicado na criação do EAD e capacitações.

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite